

GOVERNAMENTALIDADE: ESTADO MÍNIMO OU ESTADO MÁXIMO

Manoel Binoni Bandeira¹

RESUMO: O presente artigo tem por escopo apresentar a divergência entre o pensamento de Michel Foucault (2008a, 2008b) e Maurizio Lazzarato (2017) sobre o tamanho do Estado Moderno decorrente da influência do liberalismo para aplicação das novas técnicas de governança do Estado, (governamentalidade). Entre os autores não existem contradições sob os dispositivos de segurança utilizados como técnica de gestão do Estado para tornar a razão de Estado em política de governar minimamente possível (governo frugal), que aplica a austeridade, sobretudo quanto as políticas sociais elaboradas para à população. O combate das ideias dos autores acontece quando Lazzarato (2017) faz a afirmação de ter o Estado Soberano se transformado em Estado Econômico, devido à crise financeira assumir o status em crise de Estado. Nestas circunstâncias econômicas o Estado assume a postura intervencionista realizando o pagamento da dívida, socorrendo as instituições financeiras, bancos, indústrias, entre outras. A consequência de ser o principal garantidor da dívida no período de crise econômica torna o Estado mínimo em Estado máximo.

PALAVRAS-CHAVE: Estado moderno; Governamentalidade; crise; Política social; Liberalismo.

GOVERNMENTALITY: MINIMUM STATE OR MAXIMUM STATE

ABSTRACT : This article aims to present the divergence between the thinking of Michel Foucault (2008a, 2008b) and Maurizio Lazzarato (2017) on the size of the Modern State due to the influence of liberalism for the application of the new techniques of State governance, (governmentality). There is no contradiction under the security devices used as a State management technique to make State reason in the policy of governing minimally possible (frugal government), which applies austerity, especially when the social policies developed for the population. The fight of the authors' ideas happens when Lazzarato (2017) claims to have the Sovereign State transforming itself into an Economic State, because basically the financial crisis is transformed into a State crisis. In these economic circumstances, the State assumes the interventionist stance by paying the debt, helping financial institutions, banks, industry, among others. The consequence of being the main guarantor of debt in the period of economic crisis makes the minimum state into a maximum state.

¹ Mestrando em Filosofia pelo PPG em Filosofia da UNISINOS, Possui graduação em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos(2016) e graduação em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos(1990). E-mail: manoelbinonibandeira@gmail.com

KEYWORDS: Modern state; Governmentality; Crisis; Social policy; Liberalism.

1 INTRODUÇÃO

A proposta do presente artigo sobre a governamentalidade tem como ícones centrais de estudo os pensamentos dos filósofos Michel Foucault (2008a, 2008b) nas obras *Nascimento da Biopolítica e Segurança, território, população*, bem como no livro de Maurizio Lazzarato (2017), com o título de *O Governo do Homem Endividado*, principalmente apontando as ponderações respectivas sobre o tema da técnica de governança desenvolvida a partir do século XVI.

E para tal construção teórica, para manter nitidez metodológica no desenvolvimento do conteúdo sobre as técnicas de governos (dispositivos de segurança), o estudo busca tratar, primeiramente, sobre os argumentos elaborados por Michel Foucault, para num segundo momento, adentrar nos fundamentos de Maurizio Lazzarato. Desta forma, o processo metodológico empregado na construção e desenvolvimento da pesquisa filosófica tem sua base na interpretação discursiva dos autores extraídas de suas bibliografias, devidamente arroladas na elaboração dos argumentos apresentados no estudo.

E diante deste contexto, o propósito da pesquisa e seu progresso tem o objetivo de alcançar a análise técnica dos múltiplos conceitos listados no desenrolar deste artigo até obter a sua compreensão, suas definições, além de produzir o procedimento analógico entre os distintos pensamentos.

Para a construção deste artigo, o alicerce referencial da pesquisa empreendida materializa-se na bibliografia da obra dos autores filósofos citados anteriormente. E o artigo tem como principal escopo demonstrar por intermédio da analogia a similitude e antagonismo dos diferenciados pensamentos apresentado no entendimento sobre o tamanho constitutivo do Estado moderno na concepção dos filósofos.

2 ESTADO MÍNIMO OU ESTADO MÁXIMO

Os livros *Nascimento da Biopolítica e Segurança, território, população*, extraídos das conferências do consagrado filósofo Michel Foucault (2008a, 2008b), calcados no seu método genealógico de pesquisa, tem por importância o estudo da transformação das concepções, significação sobre compreensão e a história daquilo que é passível de denominar como a arte de governar, no sentido estrito do termo. As obras apresentam a visão de Foucault sobre a influência do liberalismo para aplicação das novas técnicas de governança do Estado.

A genealogia foucaultiana aborda as diversas escolas de economia, principiando pelo mercantilismo, fisiocratas, cameralistas, liberalista, ordoliberalista até o neoliberalismo dos dias atuais, para explicar o desenvolvimento dos modernos dispositivos de segurança de governo (técnicas de governo). Além disso, trata sobre questões que envolvem o exercício da soberania política, enquanto o governo dos homens, cingindo-se restritivamente às intervenções peculiares às técnicas de governança, as quais garantem a não ingerência do Estado sobre as relações de mercado, distinguindo essas técnicas das primeiras fundantes da razão de Estado, ou Estado Soberano (noção de governo).

A viagem do construto do pensamento sobre o ato de governar segue a linha histórica-social dos Estados de governos soberanos, Estado Policial, passando pelo liberalismo para limitar o exercício do poder de governo, com o aprimoramento das técnicas de segurança, inaugurando novas técnicas de seguranças, garantidoras da gestão denominada governamentalidade.

E diante desta abordagem, a grande contribuição de Foucault (2008a, 2008b) para elucidar essas transformações das técnicas governamentais advindas do liberalismo econômico encontra divergência provocada na obra de Maurizio Lazzarato (2017), com

o título de *O Governo do Homem Endividado*, o qual afirma nunca ter acontecido desde o início do Estado, a imaginada liberdade entre o capital e Estado.

Portanto, para compreender a controvérsia entre o pensamento de Foucault (2008a, 2008b) e Lazzarato (2017), e não causar confusão entre os entendimentos, são apresentados os conceitos e o desenvolvimento da arte de governar foucaultiana (a governamentalidade). Para, então, posteriormente confrontar a oposição apresentada por Lazzarato (2017).

Com o escopo de entender a arte de governar proposta por Michel Foucault (2008a, 2008b), é necessário voltar ao século XVI e compreender a racionalidade prática da razão de Estado, a qual tem por fundamento o princípio Estado sólido, permanente e rico, resistente a todas as possibilidades de sua extinção. E é importante destacar, que é justamente durante esse período histórico que acontece o declínio do feudalismo para constituição de Estado soberano (Estado Nacionais) conduzidos pela ruptura da economia política seccionando com o modelo antigo (tradicional) de governar, desconstituindo o mercado medieval como espaço de justiça.

A razão estatal, enquanto nova racionalidade governamental, tem intrinsecamente na sua constituição relativa autonomia. No entanto, a mesma deve respeitar princípios e regras exteriores a si, como Leis naturais, divinas, morais, entre outras.

No século XVII inicia-se uma importante transformação do novo modelo de razão governamental moderna, impondo uma relação interna de racionalidade que é constituída por uma limitação de fato e não de direito, apesar de ser passível de sofrer o processo legislativo normativo posterior. Essa limitação interna da razão governamental acontece por intermédio da economia política que faz a auto-regulamentação do estado de fato, não sendo delimitado pelo direito, mas a limitação tem como fundamento um tipo de cálculo, como instrumento intelectual, nas palavras de Foucault (2008b, p. 38): “Qual será esse instrumento a partir de meado do século XVIII? Evidentemente, a economia política”.

O modelo do liberalismo é a economia política que se desenvolve dentro da razão de Estado com o propósito do enriquecimento do mesmo e, simultaneamente, a melhora da população, mas não contra a razão do Estado ou para limitar, mas para proporcionar o equilíbrio entre o Estado frente a concorrência. Essa autolimitação da razão governamental estabelecido enquanto princípio é identificada pelo filósofo como segue:

Mas que significa <<autolimitação da razão governamental? O que é esse novo tipo de racionalidade na arte de governar, este novo tipo de cálculo que consiste em dizer e em fazer o governo dizer: em tudo isso, vejo, projecto, cálculo que não se deve mexer? Pois bem, penso que é a isso que, em geral, se chama <<liberalismo>>. (FOUCAULT, 2008b, p. 45).

Foucault (2008b) preconiza que no transcorrer do século XVIII, devido à incidência do liberalismo, a arte de governar altera a razão de Estado por diversos e complexos mecanismos internos, que tem por finalidade reduzir internamente o exercício do poder de Estado, sem a pretensão de tornar o Estado mais forte, rico e poderoso. Porém, tais modificações não têm a intenção da eliminação da razão de Estado, em decorrência dos princípios mecanicistas adotados pelas novidades incrementadas na arte de governar.

Portanto, destaca-se que o liberalismo é a nova configuração de modelo da arte de governar, tendo por princípio a redução de governar o menos possível, dentro do limite máximo e mínimo, porém, constituindo um governo mínimo como princípio da razão do Estado.

É importante destacar que esse governar minimamente pode ser denominado de governo frugal, que é a causa do início do desenvolvimento prático governamental, conforme descreve Foucault: “[A] questão da frugalidade do governo é, de fato, a questão do liberalismo”. (FOUCAULT, 2008b, p. 57)

Para implementar o governo mínimo, a nova técnica de gestor do Estado encontra, na formulação da teoria da economia política, o dispositivo aferidor do regime de verdade, sendo a verdade proposta como regra e norma à prática governamental de

evitar a intervenção. Dentro deste contexto, é possível identificar essa nova técnica como Laissez-faire, conforme observa-se na seguinte citação:

essa ramificação entre prática de governo e regime de verdade: [...]seria, portanto, que havia algo que, no regime já da idade média, constituirá um dos objetos privilegiados da intervenção, da regulação governamental, algo que fora o objeto privilegiado da vigilância e das intervenções de governo. E é esse mesmo lugar, e não a teoria económica, que, a partir do século XVIII, se vai se tornar um lugar e um mecanismo de formação de verdade. E esse lugar de formação de verdade, [em vez] de se continuar a saturá-lo com uma governamentalidade regulamentária indefinida, vai-se reconhecer – e é que as coisas se passam – que é preciso deixá-lo funcionar com o mínimo possível de interferência para que, justamente, possa formular a sua verdade e propô-la como regra e norma à prática governamental. Esse lugar de verdade evidentemente, não é o cérebro dos economistas, mas o mercado. (FOUCAULT, 2008b, p. 57-58).

A consequência da incidência da economia política no ato governamental propicia o entendimento de que os princípios dos mecanismos naturais do mercado vão fazer o bom e justo governo funcionar com verdade, porque o mercado passa a ser um espaço de onde emana a verdade (local de veridicção) e, conseqüentemente, incide determinando as regras da governamentalidade.

A autonomia do mercado (Laissez-faire) tem seu ápice quando as regras económicas do Estado permitem o singular contato entre o social e o econômico para assegurar a permanência dos indivíduos no jogo econômico. Por isso, o objetivo do governo é só em face da teoria da sociedade civil, já que não deve interferir na autonomia do processo econômico do mercado, pois conforme é destacado:

É a noção de que a economia é um jogo, que há regras do jogo da economia garantidas pelo Estado e que o único ponto de contacto entre o econômico e o social é a regra de salvaguarda que faz com que nenhum jogador seja excluído, a noção que vemos ser formulada por Giscard de forma tanto implícita, mas, assim, suficiente clara [...]. (FOUCAULT, 2008b, p. 256).

Na visão de Maurizio Lazzarato (2017), a premissa de liberdade total do mercado (*Laissez-faire*) é falaciosa frente à economia política do Estado, tendo em vista que as crises do mercado financeiro sempre repercutem duramente sobre as finanças do Estado, que passa a ser o garantidor da dívida.

Da relação existente entre liberalismo e capital, mas principalmente da emergência do neoliberalismo, tem destaque a formulação de novas técnicas de governamentalidade impostas para transformar a crise financeira em crise de Estado, através de figuras subjetivas para o governo e para os governantes. Lazzarato (2017) destaca ser imprescindível os dois cursos de Foucault (2008a, 2008b), *Segurança, território, população*, e outro curso denominado o *Nascimento da Biopolítica*, para melhor análise do problema. Porém, salienta que as obras apresentam sérios limites, principalmente porque o liberalismo ou as técnicas liberais sempre existiram como oposição ou alternativa às estratégias de Estado, conforme segue: “Entretanto, esses dois cursos parecem apresentar deficiências na apreensão da relação que o “capital e sua lógica” (para utilizar seus próprios termos) entretém com o Estado e esse último com o liberalismo”. (LAZZARATO, 2017, p. 89).

A dissidência de Lazzarato (2017) ao pensamento foucaultiano é que o último preleciona ter, a partir do século XIX, a razão do Estado moderno perdido espaço para governamentalidade. Ou seja, o Estado perde poder para a força do mercado, que exige menos Estado, ou a quase ausência do poder soberano, sendo essa a máxima da governamentalidade, entretanto Lazzarato (2017) defende que o Estado não diminui, mas se tornou outra forma, denominado Estado econômico.

Lazzarato, para fortalecer a sua posição, faz referência a Deleuze e Guattari, citando O *anti-Édipo*, onde os pensadores definem radicalmente que “O capitalismo jamais foi liberal, ele sempre foi capitalismo de Estado” (DELEUZE; GUATTARI [s.d.] apud LAZZARATO, 2017, p. 89) e, assim, afirmando que o mercado e a produção não renunciaram à intervenção da ação do Estado. Desta forma, conseqüentemente não existe a liberdade prática e teórica entre o capital e Estado, principalmente nas práticas gestionárias neoliberais, a dita liberdade é uma quimera.

Dentro deste contexto, encontra-se transluzente definição para o significado no seu pensamento enquanto conceito do capitalismo de Estado, conforme observa-se a seguir:

A crise das dívidas soberanas, sem nenhuma dúvida, mostra pertinência dessa afirmação de Deleuze e Guattari. O liberalismo é apenas uma das subjetivações possíveis do capitalismo de Estado. Soberania e governamentalidade funcionam sempre juntas e em concerto. Na crise, os neoliberais não procuram governar o menos possível, mas, pelo contrário, governam tudo, até os mínimos detalhes. Eles não produzem “liberdade”, mas sua limitação contínua. Eles não articulam liberdade de mercado e Estado de Direito, mas a suspensão da já frágil democracia. A gestão liberal da crise não hesita em integrar um “Estado Máximo” entre os dispositivos de uma governamentalidade, que exprime sua soberania unicamente sobre a população. (LAZZARATO, 2017, p. 11-12).

As crises capitalistas evidenciam a ilusória e aparente liberdade não intervencionista sustentada pelo liberalismo na relação existente entre o mercado produtivo e mercado financeiro, em face do Estado. Toda a história do capitalismo e a interpenetração da soberania da governabilidade, emergem do problema da soberania, devendo a análise da governamentalidade incidir sobre o casamento entre o Estado e capital (capitalismo de Estado), e não sobre o risco de governar em excesso ou sobre a “liberdade”.

Após a crise de 2007, a tese do liberalismo que não deveria “governar demais” entre em colapso, e o neoliberalismo realiza uma centralidade com diversas técnicas autoritárias de governos idênticas aos Estados totalitários. Desta forma, conseqüentemente cai por terra a máxima de intervenção mínima da ação de governo, destituindo a tese de Estado mínimo. Os neoliberais tomam inúmeras medidas de ampliação do Estado mínimo para ação de um Estado máximo, inclusive a de subjugar e não levar em conta nenhuma democracia.

No capitalismo não existe confronto à soberania e técnicas de governamentalidade, ou entre política e economia, às quais são reveladas durante os

períodos de crise do sistema. Nos momentos de crise do capitalismo, a liberdade preconizada pelo liberalismo assume a ação de controle pelo Estado, frente à unidade do capital financeiro e comercial aliado ao setor produtivo e ao velho capitalismo industrial, então conjuntamente destrói toda liberdade para o Estado intervir e suprir as carências dos monopólios.

O capitalismo de Estado agindo nas atuais crises é o mesmo dos séculos XIX e XX, embora seja o neoliberalismo uma nova relação entre capital e Estado, entre soberania e mercado, devendo ser considerada a gestão da crise de 2008 a solidificação do novo período.

Para Lazzaroto (2017), não é coerente pensar que o Estado (casual) seja interventor somente no momento de crise e, depois, volte a pleno liberalismo. Observa-se que o Estado intervém em salvaguarda do mercado e atribui para a população pagar o custo dos prejuízos do capital. Mas essa subserviência do Estado ao poder econômico provavelmente já vem do início do capitalismo, ou seja, no final do período medieval. Assim, o Estado intervém duas vezes, uma para salvar os bancos e outra para impor à população o custo político e econômico. A primeira para o mercado e segunda contra a sociedade.

Na observação das crises é destacável a ausência de interesse do capitalismo em substituir o Estado, sendo o problema maior para o Estado determinar uma nova governamentalidade. O capital precisa da soberania da moeda do Estado para o reconhecimento da dívida, por isso não existe o interesse da emancipação radical da relação econômica da política.

Nos anos de 1970 foi possível assistir o que pode ser chamado de uma privatização da governamentalidade. Ela não é mais só exercida pelo Estado, mas pelo conjunto de instituições sociais (bancos centrais, mercados, entre outros). Capitalismo de Estado decorre exatamente dessa imbricação do Estado com o mercado consoante a afirmação de Deleuze e Guattari, defendida no argumento de Lazzaroto (2017).

Nos momentos de crise, a gestão liberal não hesita em realizar a integração de um Estado Máximo nos dispositivos de governamentalidade, e o Estado nestas

circunstâncias, somente exerce sua soberania sobre a população e não sobre o mercado. Com a governamentalidade, os liberais constituem a modalidade subjetiva, tendo por fim consolidar a heterogeneidade, subordinação e configuração dos princípios do Estado para valorização do capital.

Lazzarato (2017), para confirmar a teoria contrária ao governo de Estado mínimo, destaca Carl Schmitt, que é o autor da autonomia política, que a concepção é marco do declínio do “Estado soberano”, porque o Estado social perde a autonomia política devido às ocupações efetivadas pelas forças sociais e econômicas do capitalismo.

O neoliberalismo molda o Estado para cumprir os interesses do capital e sua acumulação, principalmente após o final Segunda Guerra Mundial, com a constituição de um novo tipo de Estado. O liberalismo não é um outro na cena política, mas aquele que normatiza o protagonismo político fundado na soberania do Estado, e por intermédio do jogo institucional faz funcionar a economia.

O Estado soberano (nação) morre e no seu lugar nasce o Estado econômico, principiando na Alemanha contemporânea o modelo de Estado radicalmente econômico. A partir daqui é gerada uma nova noção de soberania que não distingue economia do Estado, poder político da força do capital e a governamentalidade da soberania. A governamentalidade não governa o menos possível e deve construir um Estado social, um Estado econômico visando primeiro a sociedade.

É importante destacar que a economia não é separada do Estado, bem como não tem divisão com a sociedade, e o domínio acontece transversalmente pelo capital, sendo a governamentalidade a técnica de realizar o entrelaçamento.

O Estado é gerido pelo mercado e perde a antiga soberania. A governamentalidade segue a fragilidade política da soberania em face da economia, principalmente a soberania monetária, submetido a privatização. Concomitante, o Estado cobra e aumenta impostos para pagar os credores e suas instituições supranacionais, e permanece a sua atribuição de regulação da moeda e elevação de impostos com exclusividade.

O Estado deve garantir o exercício pleno da soberania sobre a população e sociedade, enquanto controle político do capital sobre os governados, “comportamento”. O Estado máximo é compatível com o neoliberalismo, principalmente nos momentos de crise, pois serve para realizar empréstimo ao mercado, além de cumprir o papel de regularizar a política de redistribuição de rendas.

Com a incidência prioritária do Estado de controle político econômico, o sistema democrático não representa os interesses e suprime as demandas do povo. Entretanto, para a economia, a política é demasiadamente democrática se transformando em um obstáculo para governamentalidade da crise.

Desta forma, entende-se que se vive em uma democracia de acordo com o interesse do mercado, e caso o eleitorado venha votar contrário aos interesses do mesmo, é possível utilizar artifícios para invalidar e reverter o resultado. O sistema representativo está suspenso e os partidos não têm poder, além do parlamento ser somente uma câmara de ordem e de registro. A subordinação da sociedade ao capital acontece primeiro pela financeirização seguida pela economia da dívida. A dívida e as finanças constituem-se como os aparelhos de captura de toda atividade social.

O liberalismo rompe com a razão de Estado em nome da sociedade, mas frente as crises econômicas é a sociedade que deve mudar e se conformar aos mercados. O neoliberalismo esquece todos os princípios de liberdade para produzir uma governamentalidade autoritária.

Na situação de crise, a moeda pública reconhece e valida as dívidas privadas pagando os credores particulares, financiando déficits dos bancos e não reconhece as dívidas sociais, inclusive promovendo cortes nos direitos sociais. A moeda do Estado é um bem público que representa a sociedade na sua totalidade. E essa moeda que garante a validade da moeda privada.

Para Deleuze e Guattari (apud LAZZARATO, 2017), as moedas não dispõem do mesmo poder, porque a moeda mercantil é a mesma moeda capitalista e, juntamente com a moeda do Estado, garante a conversão entre as duas moedas e dissimula as relações

de classe sob a forma monetária. A conversão das duas moedas tem a garantia dos bancos, tanto privado, como os centrais (Estado).

Mesmo os bancos privados e públicos possuindo funções diferentes, a moeda privada e a moeda pública intervêm juntas na mesma direção, sacrificando a sociedade para socorrer o mercado. O Banco Central desempenha apenas um papel subordinado havendo a subjugação da moeda pública. O Estado paga as dívidas privadas e apresenta o saldo para as dívidas sociais, impondo cortes nas despesas e elevação de impostos.

A demonstração do rompimento com o compromisso dos laços sociais resta claro no caso da destruição da Grécia, enfraquecimento da Espanha, Portugal, Itália, entre outros, durante o início do novo século.

A nova governamentalidade deve intervir massivamente como no Estado Keynesiano. A principal preocupação do Estado deve ser a existência do mercado e para garantir a apropriação é preciso que o Estado aja sobre a população. A governamentalidade deve organizar uma política social para dar espaço neste processo social para os mecanismos de mercado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foucault (2008a, 2008b) aborda as técnicas de governamentalidade como subjetividade liberal de mercado, enquanto Lazzarato (2017) trabalha pelo viés financeiro da implementação dos dispositivos de governo e mecanismo de segurança.

Diante do que foi exposto no decorrer deste artigo, é possível analisar que eles não divergem no conhecimento quanto a substância do capitalismo de Estado, mas convergem para categorias diferentes. Coadunam seus pensamentos sobre o governo e as novas técnicas empregadas, principalmente a divisão existente entre o mercado e o Estado moderno, em especial, quando o Estado tem a função de produção de políticas sociais para população, com a necessidade de ser um governo frugal de corte de despesas sociais nas finanças públicas.

Lazzarato (2017) não discorda de Foucault (2008a, 2008b) quanto ao governar minimamente segundo a subjetividade liberalista, sobretudo em face da austeridade nas políticas sociais durante as crises econômicas. Entretanto, sob o aspecto do Estado soberano capitalista que é garantidor da dívida, Lazzarato (2017) afirma ser o Estado maximizado consoante a economia política, para assegurar o pagamento da dívida nas crises financeiras.

O hiato existente entre as concepções é que Foucault (2008a, 2008b) afirma ter o Estado moderno perdido poder para força do mercado pela governamentalidade exigindo menos Estado, entretanto Lazzarato (2017) discorda de tal concepção porque na crise revela o Estado máximo, o Estado econômico.

Finalmente, compreende-se que o Estado máximo garantidor das crises financeiras é o resultante do Estado mínimo da gestão de alteridade subjetivista liberal, numa coexistência simultânea no interior do modelo de desenvolvimento neoliberal.

4 REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica. Curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população. Curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo do homem endividado**. São Paulo: n-1 Edições, 2017.